

EDITORIAL

Que me perdoe o Dr. Caminero Luna, insigne Pneumologista Espanhol, por eu, sem o seu consentimento, lhe plagiar integralmente a sua primeira frase do editorial nos Archivos de Bronconeumologia de Outubro de 94: "Torna-se surpreendente que, tão perto do ano 2000, possa haver interesse em escrever um editorial sobre a situação da tuberculose (...)". Surpreende também que em Portugal, haja interesse em escrever, mesmo que poucas linhas, sobre a matéria e o mais surpreendente ainda é o facto de ser polémico e arriscado. Qualquer editorialista avisado e temente da crítica dos seus pares escolheria outro tema. E, tantos há merecedores de editoriais menos polémicos.

Desde há mais de dois anos que o assunto Tuberculose, ou melhor, o programa, ou melhor ainda, a falta de programa para o controlo da tuberculose no nosso País, tem agitado o meio Pneumológico dum maneira tão apaixonada, e por vezes, mesmo com contornos de críspação. São entrevistas nos jornais diários. São opiniões e números por vezes contraditórios. São mesas redondas nas reuniões científicas. São sucessivos esboços de programas feitos nos gabinetes de pelo menos dois ministros da Saúde e outros tantos projectos rasgados ou emendados. Nomeiam-se comissões científicas e coordenadores nacionais; desenham-se estratégias; discutem-se nomes; contestam-se os números; estuda-se a oportunidade política, e o problema arrasta-se. Tudo vai continuando como estava, as taxas continuam ao sabor de quem as manipula, assim como do momento e local em que são anunciadas. E porquê este impasse latente num assunto que, no que diz respeito à urgência em tomar medidas contra o aumento das taxas, deveria ser consensual? Apenas porque a questão da luta contra a tuberculose tem vertentes médicas, políticas e, até, corporativas.

A vertente médica, tem sido centrada nos Pneumologistas pois são eles que têm sentido o aumento crescente dos novos casos e das formas cada vez mais difíceis de tratar. Eles têm feito a denúncia da falta de condições em impedir que cerca de 2500 Portugueses apareçam anualmente com a doença, apesar de vivermos num país da Europa "teoricamente" em vias de desenvolvimento. Têm denunciado a ligeireza com que foi desmantelada, sem alternativas, uma estrutura que durante muitos anos assegurou, embora com óbvias deficiências, o controlo da doença.

A vertente política é clara, porque, sabendo o Governo que a tuberculose é sempre um indicador do nível de vida dum país, gostaria de não ter que mostrar à comunidade das nações o estado calamitoso das nossas taxas da doença. Lembremos Sobral Cid, em 1902, em Viana do Castelo, quando disse que "a profilaxia contra a tuberculose integra-se no quadro mais compreensivo das reformas sociais, visa o pauperismo, a coorte dos inválidos, dos inadaptados sociais, dos sem trabalho, (...)". Claro que esta componente **major** da luta contra a tuberculose não vem nunca contemplada em qualquer programa. É politicamente inoportuno!

Recebido para publicação em 95.06.19

A vertente corporativa é perfeitamente justificada pelo facto de um crescente número de Pneumologistas sair actualmente para o mercado de trabalho com uma preparação técnica de qualidade e não ter uma cobertura hospitalar, em quantidade e em qualidade, capaz de os absorver, deixando-os muitas vezes numa frustrante situação profissional quer em Hospitais sem equipamento indispensável à prática da Pneumologia, quer em sordidos serviços de ambulatório que os atrai para tarefas burocráticas. Um programa nacional Pneumológico, seria uma saída para esta degradante situação, e, obviamente, que beneficiaria uma das faces da luta contra a tuberculose.

Portanto, com todo este envolvimento, nunca foi nem poderia ser totalmente pacífica, a questão da tuberculose e do seu plano nacional de luta. Levantam-se sempre e, saudavelmente, tal como aconteceu já em 1902, tanto vozes discordantes, como pontos de vista diferentes. Mas, nessa noite de 5 de Setembro do início do século, eles deram-nos uma excelente lição, ao deliberarem encarregar núcleos regionais (Porto, Guarda, Beja e Lisboa) para estudarem, respectivamente, as taxas de mortalidade, as condições climáticas das diversas regiões, as relações entre a tuberculose e o alcoolismo e os resultados duma política de construção de bairros operários no País. Apontaram ainda nas suas conclusões, um extenso pacote de recomendações, todas elas do âmbito da saúde pública.

Acaba, agora, de ser aprovado e anunciado oficialmente a última versão dum programa de luta contra a Tuberculose. Ele responde teoricamente à cobertura de cuidados Pneumológicos no território nacional. Para tal, aposta numa estratégia geral de núcleos funcionais hospital/ambulatório, centrando a sua actuação no diagnóstico e na terapêutica e deixando a adequação local do plano às Administrações Regionais de Saúde. O autor deste editorial, que nunca escondeu o seu cepticismo relativamente a um plano que saia dos gabinetes do Ministério sem uma discussão participada e descentralizada omitindo os aspectos sócio-políticos do problema e marginalizando, de algum modo, as componentes da medicina familiar, da saúde pública e da epidemiologia, vem saudar o aparecimento desta base de trabalho, esperando não transparecer, nesta reflexão de cor pessimista, o propósito de persuadir os Pneumologistas a descrerem do plano. Antes pelo contrário, é um apelo à sua participação bem como à sua crítica construtiva. É, pois, com sinceridade que esperamos que as medidas agora anunciadas possam ser implementadas no terreno. Importa, no entanto, que na resolução desta problemática não sejam esquecidas as componentes sócio-políticas do flagelo, as diferentes características de cada região, assim como a opinião do mais alargado número de técnicos, onde se incluem, obviamente, os Pneumologistas

Rui Pato